

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
07 de outubro de 2013

Aos sete dias do mês de outubro de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas e 30 minutos, realizou-se a Quadragésima Terceira Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, convida o Sr. Mauricio de Castro Gazolla, representante do Grupo Temático Divisas Intermunicipais, para APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE TÉCNICA SOBRE OS PONTOS DE CONFLITOS NAS DIVISAS. O Sr. Mauricio inicia sua apresentação falando sobre a criação do Grupo Temático Divisas Intermunicipais que nasceu a partir da discussão da agenda de prioridades do Grupo de Trabalho Planejamento Urbano, em maio de 2013, e a partir do resgate do trabalho anteriormente desenvolvido em 2002, no âmbito da Câmara Regional do ABC. De maio a agosto de 2013, o Grupo Temático analisou os pontos do relatório final de 2002, com o intuito de averiguar se os problemas permanecem e se há consensos ou dissensos em relação aos pontos. As discussões se deram entre pares de municípios, e o Grupo Temático se reuniu em 20 de setembro para aprimorar as análises. Em 2002 foram identificados 30 conflitos sendo: 17 propostas em consenso; 6 propostas com dissenso; e 8 propostas unilaterais visto que Rio Grande da Serra não se posicionou naquele momento. Em 2013 foram identificados 36 conflitos, sendo 5 desdobramentos de pontos já existentes e a inserção de um novo ponto. No encontro entre os representantes dos municípios verificou-se a existência de 22 propostas com consenso técnico preliminar; 3 propostas com dissenso técnico preliminar; além de 11 propostas aguardando posicionamento de Rio Grande da Serra. Nas divisas de Santo André com São Bernardo do Campo foram encontrados 5 conflitos, com 4 posições de consenso e um dissenso. Nas divisas de Santo André com Mauá, foram encontrados 3 conflitos, havendo consenso técnico em todos eles. Nas divisas de Santo André com Ribeirão Pires, foram mapeados 3 conflitos, havendo consenso preliminar em todos eles. Nas divisas de Santo André com Rio Grande da Serra foram verificados 4 conflitos, sendo que Rio Grande da Serra não se manifestou até o momento, o mesmo se dando em relação aos 7 conflitos com Ribeirão Pires. Nas divisas de Ribeirão Pires com Mauá verificou-se a existência de 9 conflitos, com 8 deles em consenso preliminar. Nas divisas de Diadema com São Bernardo do Campo, foram levantados 5 conflitos sendo 4 em posição de consenso. Apenas São Caetano do Sul não tem problemas de divisa com os demais Municípios do Grande ABC. O Sr. Mauricio Gazzola passou então a detalhar alguns dos conflitos, a exemplo da Vila Vivaldi/Associação dos

Motoristas (divisa entre Santo André e São Bernardo do Campo). Com a retificação do Ribeirão dos Meninos e a implantação da Avenida Lauro Gomes, alguns próprios municipais de Santo André ficaram localizados dentro do município de São Bernardo do Campo, e a solução técnica levantada considera que a divisa continuaria a passar pelo Ribeirão dos Meninos como é a descrição atual, agregando a Associação Comunitária dos Motoristas para São Bernardo do Campo, havendo consenso técnico para permuta com área do Jardim Primavera. No Jardim Alvorada, também divisa entre Santo André e São Bernardo do Campo, o Sítio dos Vianas é uma ocupação irregular que não respeitou a linha de divisa, até porque não fica clara onde é essa divisa, oficialmente se considera pelo topo de morro. O Conjunto Habitacional dos Metalúrgicos do ABCD (também chamado de Incoop Jardim Alvorada) possui parte implantada no município de São Bernardo (com 88 lotes e 448 apartamentos), porém o sistema viário conecta-se somente com o município de Santo André, utilizando-se do sistema de transportes, manutenção de vias e serviços urbanos de Santo André. Há uma barreira com o município de São Bernardo através da linha de transmissão. A solução técnica propõe que a área seja incorporada ao município de Santo André, devido à sua ligação viária. Na sequência, o Sr. Gazzola apresenta os encaminhamentos futuros definidos pelo grupo: realizar reunião conjunta com o GT Jurídico do Consorcio e o IGC, visando discutir o parecer elaborado pela Procuradoria Geral do Município de São Bernardo do Campo sobre o tema; aprofundar o detalhamento das propostas através de vistoria em campo e pesquisas cartoriais sempre que for o caso; realizar estudos de impacto na arrecadação e cálculo de perdas e ganhos de áreas entre os municípios; e produzir relatório apontando para as possíveis soluções para cada ponto de conflito. Após a apresentação, o Prefeito Lauro Michels comenta que existe mais uma área que faz divisa, o chamado Núcleo Fazendinha, e declara que concordaria com a troca dessa área em troca daquela próxima ao Hipermercado Extra, nas imediações da via Anchieta. O Prefeito Luiz Marinho relata que é necessário resolver os dissensos para se dar continuidade, e comenta ainda outros dois pontos que necessitam a definição da tributação da área e um levantamento mais aprofundado. Relata que a área do Jardim Primavera, localizada entre Mauá e Ribeirão Pires, também precisa de um levantamento aprofundado. O Sr. Mauricio comenta sobre projeto de lei complementar que possibilitaria a alteração oficial nas divisas, atualmente em andamento no Senado em regime de urgência. O Prefeito Donisete Braga concorda que a questão das divisas é um desafio para os prefeitos. O Presidente Luiz Marinho sugere a realização de um levantamento posterior das divisas com o município de São Paulo, visando encaminhar a demanda ao Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o Prefeito Lauro Michels cita como exemplo o chamado Morro dos Macacos, na divisa entre Diadema e a capital.

Deliberação: nas áreas em que já houver acordo, serão formalizadas as adequações pelos municípios. Já onde atualmente não há consenso, serão feitos estudos mais aprofundados para soluções conjuntas.

Dando prosseguimento, o Presidente convida o Sr. Luis Bongiovanni, coordenador do Grupo de Trabalho Defesa Civil, para APRESENTAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS DAS DEFESAS CIVIS COM RELAÇÃO À NOVA LEGISLAÇÃO FEDERAL, DENTRO DA TEMÁTICA DA GESTÃO DE RISCOS. O Sr. Bongiovanni inicia sua apresentação com informações sobre a Lei Federal nº 12.608/2012, de 10 de abril de 2012. Informa que esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho

Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, além de autorizar a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, mas esse também é o marco legal da gestão de riscos em todo território nacional, ainda não regulamentado. Na sequência, apresenta um diagnóstico realizado pelos órgãos municipais de Defesa Civil do Grande ABC sobre a adequação à legislação federal. O diagnóstico demonstra os pontos que ainda são falhos na adequação para a nova lei, as principais dificuldades encontradas, e ainda comenta sobre como incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais (Art. 5º, IV); incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal (Art. 8º, III); promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar ocupações nessas áreas (Art. 8º, V); promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil (Art. 5º, V). A maioria dos municípios reivindica maior articulação interna de todas as secretarias envolvidas com a temática de riscos urbanos, não só no período de emergências, mas durante o ano todo nas atividades de fiscalização, monitoramento, projetos de expansão urbana, projetos habitacionais e de infraestrutura, etc. (Art. 3º, § único). A referida lei aumentou as competências e atribuições dos municípios, em especial dos órgãos de Defesa Civil, que devem ser redimensionados para atender às novas e adicionais demandas. Após o diagnóstico o coordenador informa os próximos passos definidos pelo grupo, declarando que o Grupo Temático Gestão de Riscos desenvolverá em 16 de outubro de 2013 uma Oficina Regional de Planejamento das Ações Contingenciais Conjuntas, que vai tratar de um planejamento das ações para aprimorar as medidas de cooperação entre as cidades visando à prevenção de desastres naturais durante a próxima temporada de chuvas de verão, em 2014. A oficina pretende definir as ações regionais e atualizar o número real de moradores que ocupam áreas de risco 3 e 4 (alto e muito alto), atualmente estimado em duas mil famílias. Também no próximo dia 26 de novembro de 2013, o referido Grupo Temático promoverá um evento destinado a capacitar técnicos e gestores com relação à Lei Federal nº 12.608/12. O Sr. Bongiovanni ressalta novamente a importância de haver uma articulação interna de todas as secretarias envolvidas com a temática de riscos urbanos.

Dando prosseguimento, o Presidente Luiz Marinho passa a palavra ao Sr. João Ricardo Guimarães Caetano, coordenador do Grupo de Trabalho Meio Ambiente para apresentação sobre o INÍCIO DA OPERAÇÃO OBRA LIMPA, que prevê a regulamentação regional da coleta e destinação dos resíduos da construção civil e demolição (RCD), com um plano de comunicação regional integrada. O Sr. João Ricardo informa que conforme deliberado na assembleia de agosto, o grupo deu andamento no projeto e já realizou o levantamento de empresas atuantes na região, identificando 114 empresas que atuam na coleta e destinação de resíduos sólidos no Grande ABC. Informa que haverá cadastramento das empresas de coleta e destinação de RCD junto às sete prefeituras e intensificação da fiscalização, principalmente em pontos viciados de descarte. Os moradores também serão orientados a denunciar o despejo irregular através dos telefones indicados pelas administrações municipais, e ao construir ou reformar, os cidadãos também serão incentivados a remover o entulho gerado contratando apenas empresas cadastradas, cuja relação estará disponível nos sites do Consórcio e das prefeituras. Acrescenta com a ideia de que todas as empresas passem a utilizar caçambas cobertas, com identificação padronizada e selo da Operação Obra Limpa, que

também já foi definido. O grupo também finalizou a arte e peças gráficas que contará com uma comunicação integrada por meio de cartazes, faixas, outdoors e folhetos explicativos visando à conscientização da população. Além disso, foi criada uma página no site do Consórcio disponibilizando orientações sobre a destinação adequada de resíduos, o endereço dos ecopontos e informações sobre as empresas cadastradas/licenciadas. João Ricardo também informa que o próximo passo será o anúncio da operação, e na sequência o lançamento da página; vistorias e cadastramento terão o prazo de 2 meses para que as empresas se regularizem de acordo com o novo procedimento. Destaca que durante o cadastramento será avaliada a localização da empresa, quantidade de caçambas, o transporte adequado dos resíduos e o local de transbordo e destinação dos resíduos coletados.

Na sequência, o Sr. João Ricardo Caetano passa ao ponto sobre a PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARA A LEI ESPECÍFICA DA BILLINGS. Inicia lembrando que a situação atual se caracteriza pelas dificuldades na aplicação da Lei Específica da Billings em decorrência de inconsistências, dúvidas e divergências de interpretação, além da morosidade dos processos de licenciamento junto à CETESB e as dificuldades na condução dos processos de licenciamento em âmbito municipal. Informa que está em andamento a proposta de alteração da Lei Específica da Guarapiranga e ressalta que a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos sugeriu que a proposta da Billings seja encaminhada em conjunto com proposta para a Lei Específica da Guarapiranga. Considera que este é um momento propício para evidenciar os problemas enfrentados na aplicação da lei e sugere encaminhar as propostas de solução levantadas pelo Consórcio. Assim, João Ricardo Caetano apresenta a proposta do Grupo de Trabalho Meio Ambiente, que consiste em encaminhar texto de alteração da Lei Específica à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, ao Sub Comitê Billings e Assembleia Legislativa. As propostas de alterações se referem aos seguintes temas: mapas/zonamento que precisam ser atualizados e cuja cartografia precisa ser revista; Licenciamento: mecanismos de compensação insuficientes, morosidade no processo, falta de clareza nos procedimentos; Compatibilização com as leis municipais, com a necessidade de clareza para as competências de licenciamento, coerência entre os zoneamentos dos municípios e o mapa da lei específica, entre outros itens; a Estrutura da lei está desatualizada com relação às normas e leis federais, há incompatibilidade da Lei Específica com a Lei Federal 12651/12, entre outros aspectos; em relação ao PRIS, não existe previsão na lei dos tipos diferentes de PRIS necessários, e cabe resolver o fato de não estar explícito na lei que o agente promotor do PRIS não precisa ser o proprietário da área, entre outros aspectos.

Deliberação: os Prefeitos aprovam a proposta do GT Meio Ambiente para encaminhamento aos órgãos relacionados com o tema no Governo do Estado e Assembléia Legislativa.

Na sequência, João Ricardo Caetano apresenta a PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) URBANAS, na Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal). João Ricardo explica que a proposta surgiu devido às dificuldades na aplicação da legislação florestal em áreas urbanas em decorrência da inexistência de uma previsão específica e ao descolamento entre as restrições dadas pela legislação federal para uso dessas áreas em relação à situação real de ocupação. Explica que o momento para a apresentação das propostas é propício, uma vez que, a regulamentação da Lei 12.651/12 está tramitando no governo federal e é a oportunidade para evidenciar

as dificuldades dos municípios predominantemente urbanos. Apresenta a proposta do GT Meio Ambiente que se baseia em tratamento diferenciado para as APP urbanas consolidadas, análogo ao proposto pela lei para áreas rurais, autonomia para os municípios na delimitação das APP urbanas e definição de áreas a proteger, regularizar e recuperar em seu território.

Deliberação: os prefeitos aprovaram a proposta do GT Meio Ambiente e deliberam o seu encaminhamento também ao Ministério do Meio Ambiente como contribuição ao decreto regulamentador em discussão.

Na sequência, João Ricardo Caetano fala sobre a CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS, informando que a partir da solicitação de inclusão da Bacia do Guaió na Lei Específica do Alto Tietê Cabeceiras enviada pelo Consórcio à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho com os municípios inseridos na Bacia do Rio Guaió para discussão de soluções técnicas e institucionais na Bacia, conforme documento que consta na pasta dos prefeitos para conhecimento.

Na sequência, o Presidente Luiz Marinho convida a coordenadora do Grupo de Trabalho Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, para apresentar os encaminhamentos referentes aos recursos federais do PAC MOBILIDADE. Andrea Brisida informa que o Consórcio aguarda a formalização dos investimentos para iniciar as tratativas com a Caixa Econômica Federal, e que há uma possibilidade de se formar um grupo de análise da CAIXA para tratar diretamente sobre os projetos. Andrea Brisida também informa que o recurso para o projeto do Centro de Monitoramento Regional, da ordem de R\$ 5 milhões, está previsto para a primeira fase dos investimentos. Sobre o projeto da ciclofaixa de lazer, informa que o chamamento para patrocínio deu deserto e que o GT deve buscar a formulação de uma proposta alternativa. Na sequência, a Sra. Sandra Malvese, Técnica de Programas e Projetos do Consórcio, informa sobre o andamento do projeto de sincronização semafórica. Diz que o contrato está em andamento e que a sincronização já foi implantado na Avenida Goiás e Rua Alegre, no município de São Caetano do Sul e na Avenida Dom Pedro II em Santo André, sendo que o próximo município será Mauá. Sandra informa que para realizar a implantação no município de São Bernardo do Campo, nos trechos Piraporinha/Lucas e Pereira Barreto, será necessária uma conversa com a Metra para autorização. O Presidente Luiz Marinho fala da importância de se ter pulso firme com a Metra nos encaminhamentos relativos aos corredores com interferência no corredor ABD.

Na sequência, o Presidente Luiz Marinho inicia o item sobre o balanço das plenárias do PPA REGIONAL PARTICIPATIVO. Destaca o caráter emblemático desse processo do ponto de vista do fortalecimento das políticas públicas regionais, e agradece a todos os prefeitos e equipes do Consórcio e dos governos municipais que conduziram o processo. Todos os demais Prefeitos registram sua avaliação positiva do processo, parabenizando o Presidente pela proposta e pelo seu encaminhamento bem sucedido. A seguir, o Secretário Executivo Luis Paulo Bresciani inicia sua apresentação relatando que ao longo das sete plenárias apenas 3 grupos escolheram o desafio 1 - Melhorar a Infraestrutura Regional, no total de 6,25%; 11 grupos escolheram o desafio 2 - Promover o Desenvolvimento Urbano e a Qualidade da Gestão Ambiental, com 22,92%. Nenhum grupo escolheu o desafio 3 - Fomentar o Desenvolvimento Econômico Regional, enquanto 34 grupos escolheram o desafio 4 - Assegurar a Inclusão Social e Promover os Direitos Humanos, com

70,83%. As plenárias tiveram a participação de 1474 cidadãos e cidadãs credenciados, e portanto o público total deve ter superado a casa dos 2000 participantes. Por município, tivemos São Bernardo do Campo com 354 participantes, Santo André com 374, São Caetano do Sul com 70, Mauá com 260, Rio Grande da Serra com 93, Diadema com 193 e Ribeirão Pires com 130 participantes cadastrados. Na distribuição e discussão dos temas, Mobilidade Urbana Regional foi apontado em 3 grupos, Segurança Urbana em 3, Habitação em 2, Resíduos Sólidos em 5, Saúde em 23 grupos, Educação, Cultura, Esporte e Lazer em 8 e Políticas Sociais e Afirmativas em 5, totalizando 49 grupos que apresentaram 96 diretrizes para a posterior sistematização. O Secretário Executivo relata que o trabalho de sistematização das diretrizes que foram apresentadas se dará após o dia 10 de outubro, quando se encerram as contribuições da consulta pública virtual. Nesse sentido será chamado o Núcleo de Planejamento bem como a coordenação dos GTs envolvidos com os temas prioritários para o prosseguimento de elaboração do PPA Regional. O Presidente Luiz Marinho solicita que a sistematização seja apresentada na próxima Assembleia de Novembro, para que se possa lançar o documento final no início de dezembro.

O Prefeito Luis Gabriel aproveita a oportunidade para entregar oficialmente ao Presidente Luiz Marinho os projetos executivos de mobilidade urbana construídos pelo município de Rio Grande da Serra, correspondentes ao PAC Mobilidade Regional. Foram entregues os seguintes documentos: relatório fotográfico, memorial descritivo, planilha quantitativa de serviços e preços, levantamento planialtimétrico, projeto de pavimentação e sinalização, registro de solicitação da CETESB, além de projeto e relatório da geometria, terraplanagem e drenagem.

O Secretário Executivo dá sequência a pauta, com o item AGENDA METROPOLITANA do GRANDE ABC 2011/13, como preparativo para a anunciada visita do governador Alckmin ao Grande ABC e também para a audiência pública a ser realizada em 21 de outubro. Inicia apresentando o balanço do Consórcio sobre as realizações e pendências. Sua apresentação prioriza o destaque das principais pendências relacionadas à agenda metropolitana, a partir do encontro realizado em junho de 2011, para a chamada "Apresentação da Agenda Metropolitana do Governo Estadual e do Consórcio Intermunicipal Grande ABC". Relaciona a seguir as principais pendências da seguinte forma: 1. Integração operacional e tarifária do transporte metropolitano; 2. Obras nas rodovias estaduais; 3. Intervenções e melhorias no eixo da Avenida dos Estados; 4. Expansão do sistema metroviário; 5. Obras estruturantes para drenagem e saneamento, inclusive limpeza dos piscinões; 6. Construção de Unidades habitacionais e regularização fundiária; 7. Aperfeiçoamento da legislação ambiental e fiscalização integrada; 8. Ampliação dos efetivos das Polícias Civil e Militar; 9. Apoio à implantação dos portais eletrônicos de monitoramento nas divisas e corredores; 10. Apoio à articulação do turismo regional no Grande ABC; 11. Contrapartida estadual para ampliação de vagas em creches; 12. Agenda regional da Saúde, com destaque para a ampliação dos leitos e qualificação da rede de atenção hospitalar, execução do programa QualiSUS, e celebração do contrato COAP, além dos demais itens já transmitidos; 13. Implantação da Rede Lucy Montoro e do Centro de Referência do Idoso; 14. Cofinanciamento para o acolhimento de idosos em regime de longa permanência.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: o Secretário Executivo apresenta o novo diretor jurídico, Sr. Leandro Aguiar Piccino, que assumiu a diretoria do Consórcio no dia 30 de setembro. O Diretor Jurídico agradece aos Prefeitos pela oportunidade e se

coloca à disposição de todos.

Orçamento 2014 e projeção preliminar para 2015: o Secretário reapresenta e confirma o valor aprovado na assembleia de setembro, referente ao orçamento de 2014, no montante total já definido de R\$ 19.703.694,00, com aprovação de parâmetro 0,30% da Receita Corrente Líquida (RCL) e para 2015, estimado em R\$ 32.839.490,00, com aprovação de parâmetro 0,50% da RCL. A projeção para o quadriênio 2014/17 será de R\$ R\$ 118.222.164,00. Para o orçamento de 2014, R\$ 1.320.000,00 será destinado ao Programa Casa Abrigo, R\$ 248.535,12 para o convênio com a FUNCRAF, e R\$ 18.135.158,88, será disponibilizado para custear gastos com a estrutura administrativa, contratos vigentes, Agência de Desenvolvimento, novos contratos de programa, comunicação e sistema de informações, devendo o desdobramento detalhado destes itens ser apresentado e apreciado pela Assembleia dos Prefeitos a se realizar em dezembro de 2013.

A seguir, o Secretário Executivo apresenta um pedido de autorização para a elaboração de estudos sobre reforma estatutária e estrutura administrativa. O secretário explica que a transição realizada entre 2007 e 2009 permitiu a configuração de uma estrutura interna básica, atualmente com 19 funcionários, além da adaptação estatutária para a nova figura do consórcio público. Destaca que o fortalecimento institucional do Consórcio ao longo dos últimos anos e especialmente a partir do que se projeta no período 2013/2017 demanda ampliação da equipe técnica e administrativa, em função do aumento das responsabilidades, da complexidade inerente à execução de ações e do crescente rigor dos órgãos de fiscalização perante os consórcios públicos. Relata que o estatuto e regimento interno atualmente vigentes possibilitam alterações e melhorias visando à adequação institucional do Consórcio, na direção de uma entidade capaz não apenas de articular, mas especialmente de executar as políticas públicas de relevância regional. O Presidente Luiz Marinho se posiciona favoravelmente ao pedido de autorização, sendo acompanhado pelos demais Prefeitos, e deliberando pela realização dos referidos estudos.

Informes: o Secretário Executivo inicia os informes e a agenda futura, destacando que no dia 17/10, às 11h, em São Caetano do Sul, está prevista a visita do Governador Geraldo Alckmin ao Grande ABC, para a continuidade do diálogo sobre o balanço da Agenda Metropolitana. No dia 04/11, das 18h30 às 21h30, no Centro de Formação de Professores de Santo André, o GT Direitos Humanos realizará o I Seminário Regional de Celebração Afro (Década dos Povos Afrodescendentes e a Lei Federal 10.639/2003) e no dia 05/12, das 18h30 às 21h30, será realizado o Seminário Cultura de Paz. No dia 24/10, às 18h, o GT Gênero na sede do Consórcio a Apresentação Regional dos Resultados da CPMI da Violência Contra a Mulher e no dia 21/11, às 18h, Seminário sobre Tráfico de Pessoas. No dia 14 de novembro o GT Pessoa com Deficiência promove a Cerimônia de Adesão Regional e Metropolitana ao Programa Viver Sem Limites, com a presença da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, em local a definir. Por fim, no dia 21/10, às 18h, no auditório do Consórcio, a Assembleia Legislativa Estadual coordenará a Audiência Pública do Orçamento Estadual 2014 para debates e a apresentação de emendas regionais.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-.-.-

.....

Região do Grande ABC, em 07 de outubro de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 43ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 43ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.